

Ata n.º 159/XIII/4.ª SL

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de 2019, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, tendo a seguinte,

Ordem do Dia:

1. **Informações Gerais.**
2. **Apreciação e votação do parecer da Proposta de Resolução n.º 80/XIII/3ª -**
Aprova os Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
 - **Deputado autor do parecer:** João Gonçalves Pereira (CDS-PP)
3. **Apreciação e votação do parecer da Proposta de Resolução n.º 85/XIII/4ª**
Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República Popular da China sobre o Estabelecimento Recíproco de Centros Culturais, assinado em Pequim, a 9 de outubro de 2016
 - **Deputado autor do parecer:** Rui Silva (PS)
4. **Apreciação e votação do Relatório da Proposta de DECISÃO DO CONSELHO**
relativa à celebração do Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e a República Socialista do Vietname **COM(2018) 691** e da **Proposta de DECISÃO DO CONSELHO** relativa à assinatura, em nome da União Europeia, do Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e a República Socialista do Vietname **COM(2018) 692**
 - **Deputada autora do relatório:** Maria Manuel Rola (BE)
5. **Apreciação e votação do Relatório do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2019 - Cumprir o prometido e preparar o futuro (COM 800)**
 - **Deputado autor do relatório:** João Gonçalves Pereira (CDS-PP)
6. **Apreciação e votação do parecer da Conta Geral do Estado de 2017**
 - **Deputada autora do relatório:** Lara Martinho (PS)
7. **Apreciação e votação do parecer da [Proposta de Resolução n.º 77/XIII/3.ª](#) -**
Aprova o Tratado de Extradicação entre a República Portuguesa e a República Oriental do Uruguai, assinado em Lisboa, em 25 de outubro de 2017.
 - **Deputado autor do parecer:** Lara Martinho (PS)

8. Análise e decisão sobre o escrutínio de iniciativas europeias sinalizadas pela Comissão de Assuntos Europeus

Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO para permitir a prossecução dos programas de Cooperação Territorial PEACE IV (Irlanda - Reino Unido) e Reino Unido - Irlanda (Irlanda - Irlanda do Norte - Escócia), no contexto da saída do Reino Unido da União Europeia (**COM 892**)

Deputado(a) autor(a) do relatório: PSD

9. Aprovação de Atas

- Ata n.º 157, de 15 de janeiro de 2019;
- Ata n.º 158, de 16 de janeiro de 2019.

10. Outros assuntos:

_____ // _____

A sessão teve início sob a direção do Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto, que começou por dar as boas-vindas aos Senhores Deputados presentes, tendo passado a abordar o **Ponto 1**. Da OD. Neste, deu conhecimento do seguinte:

- A audição com o Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, que se encontrava agendada para hoje, teve de ser adiada, dado que alguns dos nossos Deputados integraram a Delegação Parlamentar, da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa que se encontra em Estrasburgo. Assim foi necessário proceder ao reagendamento das audições. Fazendo um ponto de situação, referiu que:

- MNE - Regimental + Requerimento Comissão Bilateral Permanente: possibilidade a 6 de manhã (quarta feira); as alternativas avançadas apontam para 12 ou 13 de fevereiro, de manhã;

- SECP - Apresentação do Relatório da Emigração-2017: existe disponibilidade para 26, à tarde.
- Existe, ainda, a hipótese, sujeita a verificação de agendas, de inversão das datas para as referidas audições, i.e.: viria o Senhor Ministro a 26, terça-feira; e o Senhor Secretário de Estado a 12 (terça), à tarde.

No **Ponto 2.**, foi solicitado o adiamento da apresentação do Parecer, o que foi aceite pela Mesa.

Transitados para o **Ponto 3.**, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado José Cesário (PSD), para apresentação do Parecer em tempo distribuído ao Senhor Deputado Rui Silva, o qual, por motivos de ordem pessoal, não pôde estar presente. Começou o Senhor Deputado por sublinhar a relevância deste Acordo, num ano em que se comemoram os por materializar um efetivo aprofundamento das relações bilaterais, em matérias de interesse partilhado, mormente no respeitante à segurança no Atlântico. Após ter aludido ao teor, enquadramento e finalidades do Acordo _ cujo teor pode ser consultado [aqui](#) _, concluiu que a Proposta em apreço reunia condições para ser presente a Plenário, para os fins regimentalmente previstos.

Intervieram, seguidamente, as Senhoras **Deputadas**:

Isabel Santos (PS) para saudar a autora pela sua objetividade na formulação do Parecer, realçando aquilo que efetivamente deve ser realçado: a promoção de condições para a paz e segurança na Europa.

Lara Martinho (PS) para sublinhar a relevância do Acordo em apreço, no ano em que se assinalam os 40 anos do restabelecimento das relações diplomáticas luso-chinesas, anunciando o voto favorável do seu Grupo Parlamentar.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, registando-se a ausência do BE.

No **Ponto 4.**, foi solicitado o adiamento da apresentação do Parecer, por motivos pessoais do Senhor Deputado Rui Silva.

Relativamente ao **Ponto 5.** da OD, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP)**, para apresentação do seu Relatório acerca do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2019. Feitos os considerandos iniciais, o Autor procedeu ao enquadramento geral do Programa, designadamente no concernente ao seu contexto político. Das dez prioridades elencadas pelo Presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker, no seu discurso sobre o Estado da União, a 12 de setembro de 2018, foi proposto que a CNECP acompanhasse quatro delas em particular:

- **Uma União da Energia resiliente, dotada de uma política em matéria de alterações climáticas viradas para o futuro;**
- **Uma política comercial equilibrada e progressista para tirar partido da globalização;**
- **Migração;**
- **Uma Europa mais forte na cena internacional.**

Concluiu, propondo que, uma vez votado favoravelmente, fosse o presente relatório remetido à CAE para os fins legal e regimentalmente aplicáveis, mais indicando que o CDS-PP se reservava no direito de manifestar a sua posição política aquando da apresentação e discussão deste tema em Plenário.

Seguidamente, intervieram os seguintes Senhores **Deputados**:

João Oliveira (PCP), para saudar o trabalho realizado, pautado pela objetividade de análise. Sublinhou que embora o PCP não partilhe da visão política da Comissão Europeia, tal não impede o voto favorável sete Relatório, sem prejuízo da reserva de discussão em Plenário, onde o PCP manifestará a sua posição política.

Paulo Neves (PSD), para agradecer o trabalho realizado e manifestar a sua concordância relativamente aos temas para acompanhamento mencionados no Relatório.

Wanda Guimarães (PS), para saudar o Autor do Relatório pelo trabalho realizado, e apresentar as seguintes considerações de índole pessoal: a curiosa utilização da palavra “progressista” pela Comissão na explanação do seu Programa quando nos acordos firmados pela UE se verifica a ausência de tipificação, verificada há mais de duas décadas, de qualquer sanção a Estados-membros pela violação de direitos Humanos nos respetivos países; E, finalmente, o relatório nada referir a propósito dos resgates de migrantes no Mediterrâneo, relativamente à forma como os mesmos vieram a integrar-se nos países que

os acolheram tendo em conta a relevância da sua força de trabalho para as respetivas economias.

Não se tendo registado demais intervenções, foi o Relatório submetido a votação, tendo resultado a sua aprovação por unanimidade dos Deputados presentes, com a ausência do BE.

No **Ponto 6.**, foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)** para apresentação do seu Parecer relacionado com a Conta Geral do Estado referente ao ano de 2017, cujo teor pode ser integralmente consultado [aqui](#).

Interveio o Senhor Deputado José Cesário (PSD), para felicitar a Autora pelo trabalho desenvolvido. Lamentou, porém, que o Parlamento não tenha ainda corrigido o processualismo associado a este Parecer, temporalmente desfasado no ano a que respeita e que, por via disso, impossibilita qualquer debate útil sobre o mesmo, na perspetiva do controle e a avaliação da execução orçamental do ano a que respeita a Conta. Fez notar que tal avaliação possui superior relevância no caso dos Negócios Estrangeiros, dado o significado que algumas variações entre o orçamentado e o executado podem efetivamente dizer. Concluiu, referindo que o PSD concorda com o presente Parecer.

Tomou a palavra o Senhor Presidente para sublinhar a extrema relevância da última intervenção, pois questiona a utilidade prática e política de um instrumento que, pelo atraso com que é discutido, de pouco ou nada serve, quando deveria ter um outro tipo de impacto.

Submetido a votação o Parecer foi aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência do BE.

No âmbito do **Ponto 7.**, foi solicitado o adiamento da apresentação do Parecer, o que foi aceite pela Mesa.

Transitados para o **Ponto 8.**, a iniciativa europeia ali identificada foi distribuída ao senhor Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD).

No Ponto 9., foram lidas as Atas elencadas supra, as quais, uma vez votadas em bloco, foram aprovadas por «unanimidade dos Deputados presentes, com a ausência do (BE).

No **Ponto 10.** da OD, procedeu-se à apresentação e discussão para consensualização, do Voto apresentado pelo CDS-PP (n.º 711/XIII/4.ª _ CONDENAÇÃO E PESAR PELA PERSEGUIÇÃO, INTOLERÂNCIA E VIOLÊNCIA CONTRA CRISTÃOS), distribuído a esta Comissão na manhã de hoje. Neste seguimento, e para os devidos efeitos, foi concedida a palavra ao senhor Deputado **Nuno Magalhães (CDS-PP)** que apresentou o Voto, justificando o em função da factualidade conhecida. Declarou, ainda, estar aberto a sugestões e contributos, no sentido de tornar esta iniciativa o mais consensual possível.

Seguidamente, intervieram os Senhores Deputados:

José Cesário, para sugerir duas alterações: uma relacionada com o alargamento da condenação a todas as crenças e religiões, que não apenas a cristã; outra, sugerindo que a expressão “O Ocidente” fosse substituída por “O Mundo”, por ser esta a verdadeira dimensão que se pretende atribuir aos valores em causa.

Isabel Santos (PS), para manifestar a sua posição pessoal acerca desta matéria, preferindo que a condenação tivesse por alvo a intolerância e a perseguição religiosa, a qual não se fica, apenas, pelo caso dos cristãos. No entanto, não teria dúvidas em acompanhar o texto do Voto com as sugestões de alargamento do respetivo âmbito, sugeridas pelo PSD.

Paula Teixeira da Cruz (PSD), para manifestar a sua concordância com as sugestões tendentes ao alargamento do âmbito do Voto.

Lara Martinho (PS), para comunicar que o seu Partido acompanhará o Voto apresentado com ou sem o acolhimento das sugestões apresentadas.

Paulo Neves (PSD) para manifestar a sua concordância com a formulação inicial do Voto, pese embora nada ter a opor ao seu alargamento a outras crenças ou religiões.

Porfírio Silva (PS), para vincar o maior conforto político que derivaria da existência de uma versão consensualizada, embora considerando que a versão inicial seria sempre aceitável.

João Oliveira PCP), para declarar que o PCP se abstém nesta discussão.

Terminado o debate, o Senhor **Presidente** incumbiu os Serviços de elaborar uma versão do Voto contemplando as duas sugestões de alteração, cuja versão será perfilhada pela Comissão, assim devendo ser comunicada à Mesa do Plenário, para os fins devidos.

- Interveio de seguida o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** para uma declaração política relacionada com a situação na Venezuela, dado que a situação neste país tem vindo a agravar-se diariamente, suscitando a preocupação do PSD, em cujo congresso na Madeira, no fim-de-semana anterior, o tema foi abordado. Propôs que a Comissão aumentasse a pressão e o acompanhamento da matéria junto do Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, o qual adiou recentemente uma visita que tinha programada à Venezuela, a qual deve ser urgentemente reagendada. Por fim, sublinhou a posição do PSD na defesa dos valores da democracia para a Venezuela, designadamente, quanto à necessidade de assegurar que as suas instituições políticas sejam livremente eleitas, e a salvaguarda das liberdades cívicas fundamentais.

Intervieram seguidamente os Senhores Deputados:

João Oliveira (PCP), para pedir esclarecimentos acerca da intervenção, mormente quanto à sua finalidade.

João Gonçalves Pereira (CDS-PP), para acompanhar, na íntegra, a posição manifestada pelo Grupo Parlamentar do PSD, tendo realçado que continua a aumentar o número de cidadãos que regressam a Portugal, fugindo da Venezuela, sem que existam meios de apoio em quantidade suficiente.

Isabel Santos (PS) para salientar que as preocupações manifestadas pelos anteriores intervenientes são comuns a todos, sem esquecer que o regresso destes cidadãos fugidos da Venezuela tem merecido um conveniente acompanhamento por parte do Governo, através de diferentes serviços do Estado.

Interveio, ainda, o Senhor **Presidente da Mesa**, para lembrar que aos diferentes Grupos Parlamentares assiste sempre o direito de, em Comissão, serem produzidas as declarações políticas que os Deputados entendam por bem fazer.

- Finalmente, foi lembrado pelo Senhor **Presidente** que, em virtude da realização das Jornadas do CDS-PP que decorrerão a 28 e 29 de janeiro, a reunião da CNECP apenas terá lugar caso exista matéria que a justifique, na 4.^a feira, 30 de Janeiro, no período da manhã.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Nada mais havendo a registar, a reunião foi declarada encerrada pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, sendo disponibilizado o registo áudio da reunião, consultável [aqui](#).

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos
Jamila Madeira
João Gonçalves Pereira
João Oliveira
José Cesário
Lara Martinho
Marcos Perestrello
Nuno Magalhães
Odete João
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Porfírio Silva
Sérgio Sousa Pinto
Maria Augusta Santos
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Páscoa Gonçalves
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Ascenso Simões
Carlos Alberto Gonçalves
Maria Manuel Rola
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Rui Silva

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão ocorrida em 12 de fevereiro de 2019.